

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA E AFINS DO ESTADO DO PARÁ – SINTRAPAV E DE OUTRO, O SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO PARÁ – SINDUSCON-PA, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Pelo presente instrumento particular de Convenção Coletiva de Trabalho, que entre si fazem, de um lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA E AFINS NO ESTADO DO PARÁ-SINTRAPAV**, entidade sindical de 1º Grau com base territorial no Estado do Pará, inscrito a no CNPJ/MF sob o n.º 03.002.622/0001-47, e Registro Sindical nº 004.326.90489-4, com sede nesta cidade na Rua Peixoto, 32, Vila Permanente, Tucuruí-Pa, CEP: 68.464-000 representado neste ato pelo seu Presidente, SR. GIOVANI RESENDE SILVA, portador do CPF/MF n.º 185.266.082-15, representando todos os trabalhadores da Montagem Industrial no Estado do Pará, e, de outro, pelo **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO PARÁ**, entidade sindical de 1o. Grau com base territorial no Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.979.068/0001-15 e Registro Sindical n.º MTB 24270.008393/86, com sede na Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 1º Andar, CEP 66.035.190, Belém-Pa, representada neste ato por seu Presidente, Sr. MANOEL PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR, portador do CPF/MF nº 019.471.332-68, representando todas as empresas do ramo de Montagem Industrial no Estado do Pará, resolvem firmar a presente Norma Coletiva, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PARTE ECONÔMICA

CLÁUSULA 1ª – SALÁRIOS - Na vigência da presente Norma Coletiva, os salários dos integrantes das categorias profissionais convenientes serão reajustados, a partir de 01 de agosto de 2008, pelo percentual de 8,00% (oito por cento) a incidir sobre os salários vigentes em agosto de 2007.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas poderão proceder todas as compensações de antecipações concedidas no período, exceto as de que trata o parágrafo segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É vedada a compensação dos aumentos decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento, localidade ou equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para os empregados admitidos a partir de 01 de agosto de 2007, deverá ser adotado o reajuste de forma proporcional, aplicando-se também aos reajustamentos previstos neste parágrafo, a compensação e a exceção de que tratam os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO: Com os reajustamentos previstos nesta cláusula, as partes dão por cumpridos os reajustes determinados pelas Leis n.º 8.880/1994 e 10.192/2001 e seguintes, nada mais sendo devido a este título, bem como consideram-se repostas todas e quaisquer perdas salariais havidas no período de agosto de 2007 a julho de 2008, inclusive.

PARÁGRAFO QUINTO: As empresas concederão ainda, no mês de janeiro de 2009 o percentual de 1,85% a título de aumento real, sobre os salários de agosto de 2008, perfazendo assim um reajustamento total para o período de 10,00% (dez por cento).

PARÁGRAFO SEXTO: Os empregados admitidos a partir de 01.08.2008, não fazem jus aos reajustamentos de que trata esta cláusula.

CLÁUSULA 2ª – PISOS SALARIAIS - Os pisos salariais da Categoria deverão ser praticados em 05(cinco) níveis, de conformidade com a Tabela abaixo:

MÊS NÍVEL	AGO/2008		JAN/2009	
	HORA	MÊS	HORA	MÊS
V	2,04	450,00	2,18	480,00
IV	2,27	500,00	2,40	530,00
III	3,00	660,00	3,06	680,00
II	3,22	710,00	3,29	725,00
I	3,59	790,00	3,65	805,00

2.1 Os níveis da Tabela comportam as seguintes funções:

2.1.1 Nível I – Para profissional técnico, com formação de nível médio efetuada em escola profissionalizante na atividade tecnológica da engenharia em suas várias especialidades, com experiência mínima de dois anos na função, para Operador de Trator de Esteiras ou Lâmina, Operador de Motoscaper, Operador de Moto-Niveladora, Operador de Acabadora de Asfalto ou de Concreto, Operador de Retroescavadeira, Operador de Pá-Carregadeira, Operador de Draga, Mecânico de Equipamentos ou Máquinas Pesadas, Soldador de Raios-X, Encarregado ou Testador de Rede Telefônica, Encarregado de Rede Elétrica, Eletricista de Linha Viva e Encarregado de Produção em Geral e demais funções assemelhadas.

2.1.2 Nível II – Para profissional técnico, com formação de nível médio efetuada em escola profissionalizante na atividade tecnológica da engenharia em suas várias especialidades, Montador de Estrutura Metálica, Topógrafo, Eletrotécnico, Maçariqueiro, Soldador, , operador de empilhadeira e demais funções assemelhadas.

2.1.3 Nível III – Para os Oficiais assim considerados, Montador de Andaime, Pedreiro, Carpinteiro, Ferreiro-Armador, Bombeiro Hidráulico ou Encanador, Eletricista, Eletricista Montador ou de Manutenção, Pintor, Betoneiro, Operador de Bate-estacas, Operador de Grua, Operador de Guindaste, Operador de Trator de Pneus, Montador de Rede Telefônica, Auxiliar de Teste de Rede Telefônica, Emendador ou Cabista de Rede Telefônica, Instalador de Rede Telefônica, IRLA (Instalador, Reparador de Linha Assinantes), Montador de Medidor de Energia, Cozinheiro, Escriturário, Apontador e

Almoxarife, estes 3(três) últimos com escolaridade de ensino médio completo (2º grau completo); nas Indústrias de Artefatos de Cimento Armado, o Concretador, o Ferreiro e o Talheiro e nas Indústrias de Cal e Gesso, o Forrador, o Fabricante de Tijolo e o Fabricante de Placa, em todos os casos abrangendo as demais funções assemelhadas.

2.1.4 Nível IV – Para o Meio-oficial, tal como Servente habilitado, em geral, Borracheiro, Lubrificador, Guincheiro, Bombeiro de Abastecimento, Operador de Martelete, Auxiliar de Mecânico, Auxiliar de Eletricista, Montador de Gabião, Auxiliar de Montador de Rede Telefônica, Auxiliar de Emendador ou de Cabista de Rede Telefônica, Leiturista/Entregador de conta, Auxiliar de Escritório, Apontador, Almoxarife e Porteiro de Obra, estes 4(quatro) últimos com escolaridade de ensino fundamental completo (1o. Grau) e demais funções assemelhadas.

2.1.5 Nivel V – Para Contínuo, Office-Boy, Mensageiro, Servente ou Braçal, Vigia, Arrumadeira, Ajudantes em geral e Auxiliares em geral e demais funções assemelhadas.

CLÁUSULA 3ª – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - Fica instituída a Participação nos Resultados, na forma estabelecida na Lei nº 10.101, de 19/12/2000, em favor dos empregados das empresas da indústria da construção civil com contratos vigentes no último dia do período de aferição, a ser paga nos meses de fevereiro de 2009 e agosto de 2009, mediante os seguintes critérios:

Parágrafo Primeiro - Os dois períodos de aferição da participação nos resultados na vigência desta convenção serão: 01/08/2008 à 31/01/2009 e 01/02/2009 à 31/07/2009, e os pagamentos efetuados, respectivamente, até o dia 15 de fevereiro de 2009 e 15 de agosto de 2009.

Parágrafo Segundo - O empregado que não tiver nenhuma ausência, justificada ou não, em cada período de aferição, receberá R\$ 110,00 (CENTO E DEZ REAIS); o empregado que ultrapassar o limite de 8 (oito) ausências, justificadas ou não, em cada período de aferição, não terá direito a participação nos resultados prevista no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Terceiro – Os empregados que tiverem 06 (seis) meses de contrato de trabalho nos períodos de cada aferição, e tiverem até 08 ausências, justificadas ou não, receberão a participação nos resultados de forma proporcional, conforme abaixo:

LIMITE DE AUSÊNCIA	PARTICIPAÇÃO
08	R\$- 40,00
07	R\$- 50,00
06	R\$- 60,00
05	R\$- 70,00
04	R\$- 80,00
03	R\$- 90,00
DE 01 A 02	R\$-100,00

Parágrafo Quarto - Os empregados que não tiverem os 06 (seis) meses de contrato de trabalho nos períodos de cada aferição receberão a participação nos resultados na forma das alíneas “a” e “b”, abaixo:

a) Com Ausências:

Mês Completo Limite de Ausências Participação

05	06	R\$30,00
04	05	R\$20,00
03	03	R\$15,00
02	02	R\$10,00
01	01	R\$ 5,00

b) Sem Ausências

Mês Completo Participação

05	R\$90,00
04	R\$70,00
03	R\$40,00
02	R\$30,00
01	R\$20,00

Parágrafo Quinto - Os empregados que contarem com mais de 03 (três) meses de contrato de trabalho e forem demitidos nos períodos compreendidos entre 01/08/2008 a 31/01/2009 ou de 01/02/2009 a 31/07/2009, receberão a participação nos resultados na forma prevista nos Parágrafos Segundo e Terceiro, e o pagamento deverá ocorrer no ato da rescisão contratual.

Parágrafo Sexto – Os empregados que não tiverem completado 03 (três) meses de contrato de trabalho e forem demitidos nos períodos compreendidos entre 01/08/2008 a 31/01/2009 ou de 01/02/2009 a 31/07/2009, não farão *jus* à participação nos resultados.

Parágrafo Sétimo – Para fins de cumprimento desta Cláusula, considera-se “mês” a fração superior a 25 (vinte e cinco) dias.

Parágrafo Oitavo - Os empregados em gozo de férias ou acometidos de acidente de trabalho que cause afastamento, neste caso, somente se o empregado estiver usando seu EPI completo fornecido pela empresa, terão suas ausências abonadas para o efeito de percepção do benefício previsto no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Nono – As empresas que já possuem planos de participação nos lucros ou resultados em moldes diferentes do previsto na presente cláusula, não estão obrigadas ao cumprimento da mesma, podendo optar por manter o critério por elas já praticado.

Parágrafo Décimo – Na forma do disposto no art. 3º da Lei 10101/200, a participação de que trata esta cláusula não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer

empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

CLÁUSULA 4ª – DOS PRAZOS DE PAGAMENTO – Todas e quaisquer diferenças salariais, pagamentos ou contribuições de qualquer natureza, porventura existentes oriundas da presente norma coletiva, poderão ser pagas juntamente com o salário de setembro de 2008, sem qualquer acréscimo.

CLÁUSULA 5ª – Permanecem inalteradas e são ratificadas neste ato, as demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, firmado em 09.10.2007, entre as partes, vigorando a presente Norma, de igual forma, até 31 de julho de 2009.

Belém, 08 de setembro de 2008.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO PARÁ

SINDUSCON-PA

MANOEL PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR – PRESIDENTE

CPF/MF nº 019.471.332-68

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA E

AFINS DO ESTADO DO PARÁ – SINTRAPAV

GIOVANI RESENDE SILVA – PRESIDENTE

CPF/MF nº 185.266.082-15